

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.250 - AC (2019/0159095-8)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : JOSE FERREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADO : ROBERTO ALVES DE SÁ E OUTRO(S) - AC004013**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. RAZÕES RECURSAIS DEFICIENTES. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL TIDO POR VIOLADO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 1ª Região, assim ementado (fl. 123):

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR LITISPENDÊNCIA E/0 COISA JULGADA - SENTENÇA CONFIRMADA - FUNDAMENTOS NÃO ELIDIDOS PELA PARTE RECORRENTE.

1. Tem-se por legítima a sentença que, examinando e comparando, com o devido vagar, o pedido, a causa de pedir, as exatas partes envolvidas nos feitos atual e paradigma, verifica presente a hipótese de litispendência ou coisa julgada, na perfeita conceituação dos respectivos institutos (do CPC/1973 ou CPC/2015).

2. Tanto o CPC/1973 quanto o CPC/2015, nos correspondentes preceitos (art. 267, V, c/c §§1º e 2º do art. 301, e, atualmente, art. 485, V, c/c c/c §§1º, 2º e 3º, do art. 337), estipulam a possibilidade de que o feito seja extinto sem resolução do mérito nas hipóteses de litispendência (reprodução servil de ação pretérita: com "as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido") e/ou coisa julgada, quando, além de presente o dito trinômio, a demanda mais antiga já transitou em julgado.

3. O STJ legitima a extinção em havendo "hipótese de triplice equivalência ou identidade" (PET no AgRg no AREsp nº 780.955/MG).

4. E diz mais (T2/STJ, AgRg no RMS nº 39.269/SC): "A litispendência (repropositura de ação que está em curso), assim como a coisa julgada, constitui pressuposto processual negativo que, uma vez configurado, implica extinção do processo sem "resolução" do mérito (artigo 267, inciso V, do CPC)." 5. Mais se reforça a conclusão sentenciada se, a parte recorrente eventualmente aludir ao suposto fato de que nesta ação se debateriam temas/aspectos que extravasariam a lide originária, a leitura da inicial, porém, outra conclusão evidencia; não que não se possa, quando em vez, a tempo e modo (nos limites residuais não acobertados pelas ações em curso ou encerradas), litigar ao sabor do princípio "secundum eventum litis", o que,

contudo, não é o caso, o que não impede que, atendidos os pressupostos legais e jurisprudenciais, tal porventura supervenientemente haja.

6. A eventual possibilidade teórica de, notadamente em causas previdenciárias, em face do princípio "secundum eventum probationis", poder o debate destilado em lide outra ser renovado em feito ulterior não é panacéia, devendo ser a questão apreciada conforme o teor da inicial, que não pode simplesmente - sem demonstrar robusta/relevante alteração do quadro fático-jurídico pretérito - repisar ou renovar litígio em andamento ou já solucionado, como se a demanda judicial fosse, e não é, espaço para acolhimento de transversos pedidos de reconsideração de decisões havidas em processo distinto.

7. A extinção do feito sem resolução do mérito não obsta o correto ajuizamento - atendidos os ditames jurídico -processuais - de demandas que extravasem os planos objetivo e subjetivo de outras já encerradas ou em curso (simples repetição, porém, não viceja). Caso haja, o instituto da antecipação de tutela também não prospera, considerando-se a incompatibilidade com o teor e fundamentos da sentença confirmada.

8. Precedente de reforço: 1ª Turma do STJ (AgRg-Ag 956.845 -SP).

O recorrente aponta violação do artigo 48 da Lei 8.213/1991, a não ocorrência de coisa julgada, porquanto "apenas um dos pressupostos da coisa julgada está presente, qual seja, as mesmas partes, pois a causa de pedir e pedido são totalmente diverso daquele suscitado como fundamento na sentença apelada"(fl. 131), bem como a possibilidade de relativização da coisa julgada, com o intuito de corrigir sentença injusta (fl. 138).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 152-153.

É o relatório. Passo a decidir.

No que se refere a alegada violação do art. 48 da Lei 8.213/1991, o recorrente deixou de demonstrar nas razões do apelo especial de forma o referido dispositivo teria sido violado pelo acórdão recorrido, situação que não permite a exata compreensão da controvérsia e impede o conhecimento do recurso especial. Aplica-se à hipótese a Súmula 284/STF.

Da mesma forma, aplicável o teor da Súmula 284/STF, no que se refere a tese de não ocorrência de coisa julgada e de possibilidade de relativização da coisa julgada, com o intuito de corrigir sentença injusta (fl. 138), haja vista que o recorrente deixou de indicar o dispositivo de lei federal tido por violado.

Não obstante, infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem esbarra também com a Súmula 7/STJ, porquanto seria imprescindível o reexame de matéria fático-probatória.

Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

Relator

